

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****6ª VARA CÍVEL****RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002673-08.2018.8.26.0037**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Gilvana Cristina da Silva Santos**
 Requerido: **Mariana Cristina Sponton**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva****Vistos.**

-

GILVANA CRISTINA SILVA SANTOS ajuizou ação (nominada de) **ORDINÁRIA - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS** contra **MARIANA CRISTINA SPONTON MOREIRA**, alegando, em resumo, que, em 20.11.2017, transitava pela calçada do imóvel da requerida, rumo ao seu trabalho, ocasião em que tropeçou em um pé de lixeira ali fixado, quebrado, enferrujado e sem qualquer tipo de proteção, vindo a ferir-se gravemente em seu pé direito. Aduz que foi atendida e medicada em um laboratório médico e que, dias após, compareceu até o local, com o intuito de obter auxílio com as despesas médicas e alertar sobre o objeto cortante, sem, contudo, obter êxito, já que a acionada esquivou-se de ajudar, negando, ainda, a responsabilidade pelo evento. Pleiteia, assim, a condenação da requerida ao reembolso de R\$ 81,34, referente ao gasto com medicamentos, bem como, ao pagamento de danos morais, no importe de dez salários mínimos.

A acionada apresentou contestação, rebatendo a pretensão inicial. Aduz que não há provas de que o acidente relatado, o qual, aliás, declara desconhecer, tenha ocorrido defronte sua residência, bem como que nunca foi procurada pela demandante. Tecendo considerações sobre a ausência de responsabilidade e excludente de causalidade, impugnou, ainda, a ocorrência de dano moral, pleiteando, alternativamente, seja o valor pretendido pela autora reduzido ao patamar de dois salários mínimos..

Foi realizada a audiência de instrução e julgamento, com a produção de prova oral pelos litigantes, oportunizando-se a apresentação de alegações finais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o relatório.

DECIDO.

Trata-se de ação indenizatória na qual a autora atribui a responsabilidade à acionada pela lesão sofrida em seu pé direito, por conta de objeto cortante fixo defronte o imóvel da última, pleiteando, por isso, indenização por danos materiais e morais.

O pedido inicial deve ser julgado procedente.

Estabeleça-se, por primeiro, a responsabilidade da acionada pelo evento experimentado pela autora

Na hipótese dos autos, consta que, na data dos fatos, a requerida mantinha em sua calçada parte de um "pé" de lixeira, quebrado, sendo que, sobre tal situação, não se estabeleceu controvérsia alguma.

A questão posta em discussão, no entanto, diz respeito ao nexo causal existente entre o referido objeto e o acidente relatado pela autora.

O relatório médico deixa claro que as lesões são compatíveis com o infortúnio noticiado, na medida em que descreve que a demandante "*sofreu ferimento profundo e extenso em pé direito em 20.11.2017, sendo necessário sutura do ferimento e cuidados especiais, com curativos diários, além de uso de medicação tipo antibióticos, antiinflamatórios e analgésicos*" (pág. 30).

De mesma maneira, as fotos tiradas do local dos fatos demonstram claramente a exposição, defronte a residência da acionada, do "pé" de lixeira quebrado, exposto na calçada, ou seja, em local de circulação de pedestres, à ausência de qualquer proteção, ficando demonstrado, inclusive, de forma evidente por suas características, seu alto poder de lesão (págs. 26/28).

Esclareça-se que, sobre tais documentos, não se insurgiu a acionada.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A testemunhas Daniela da Silva Vieira Correia e Ocelina Aparecida Antunes Joaquim, por sua vez, apesar de não terem presenciado o momento do acidente, relataram que tiveram contato com a autora, sendo que a primeira chegou a vê-la no ônibus com o pé sangrando, momentos após o acontecido, ocasião em que a acompanhou até o ambulatório, ao passo que a segunda com ela direcionou-se até a delegacia e viu, inclusive, o referido objeto na calçada da requerida, nas exatas condições narradas na inicial.

Diante disso, estabelecido o nexo causal, não pode ser aceita a argumentação da acionada de que não possui responsabilidade pelo evento, mormente considerando o quadro de omissão verificado, não tendo a mesma cumprido com seu dever de manutenção de sua calçada para o fim de ficar em ordem e perfeitas condições ao bom trânsito de pedestres.

Nestas condições, mostra-se devida a pretendida indenização por danos morais e materiais.

Em precedentes, ora invocados como razão de decidir, se estabeleceu:

(...) "A conservação da calçada é atribuição do proprietário do imóvel, cabendo à Municipalidade zelar pela conservação desse passeio de uso comum, através de seu Poder de Polícia. Conservação sob responsabilidade do proprietário do imóvel, cabendo à Municipalidade proceder à autuação. Inteligência do art. 5º da Lei Complementar Municipal nº 84/01. Recurso improvido. " (TJSP; Apelação Com Revisão 0218532-63.2008.8.26.0000; Relator (a): Antonio Rulli; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Público; Foro de Várzea Paulista - 1.VARA CUMULATIVA; Data do Julgamento: 12/11/2008; Data de Registro: 26/11/2008)

"APELAÇÃO – Indenização – Dano moral – Acidente em via pública – Queda em calçada em precário estado de conservação – Nexo de causalidade configurado – Inocorrência de culpa concorrente da vítima

...

Havendo, ademais, lesões corporais, a incluir fratura, é o que basta para a configuração do dano moral, em quadro que vai além dos aborrecimentos do cotidiano." (TJSP; Apelação 1002340-04.2017.8.26.0292; Relator (a): Vicente de Abreu Amadei; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Público; Foro de Jacaré - Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 29/08/2018; Data de Registro:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

29/08/2018)

Os danos materiais tem comprovação na nota fiscal apresentada (pág.29).

Os danos morais são devidos *in re ipsa*, realçando-se as lesões suportadas com o evento. Na mesma diretriz, o Colendo Superior Tribunal de Justiça "*tem assentado que, em se tratando de dano moral, revela-se suficiente a demonstração de ato ilícito para ensejar o direito à indenização*" (Recurso Especial 709.877-RS, Relator Ministro Luiz Fux, j., 20.09.2005).

Na fixação do *quantum*, atento aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade, na esteira do entendimentos jurisprudencial prevalente e pelas peculiaridades do caso concreto, tem-se que o valor inicialmente postulado mostra-se algo elevado, mormente por se tratar de litígio envolvendo pessoas físicas, de limitado poder aquisitivo. Por isso, a indenização será arbitrada, modicamente, em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que assegura à lesada justa reparação, sem propiciar-lhe enriquecimento indevido, e tem, para a requerida, a finalidade pedagógica, a sugerir-lhe alteração em sua postura em hipóteses semelhantes.

Em suma, impõe o reconhecimento da procedência do pedido inicial.

Isso posto, **JULGO PROCEDENTE** esta ação movida por **GILVANA CRISTINA SILVA SANTOS** contra **MARIANA CRISTINA SPONTON MOREIRA**, acolhendo o pedido inicial, para condenar a acionada a pagar, em benefício da autora, a importância de R\$ 81,34 (oitenta e um reais e trinta e quatro centavos), com correção monetária, desde o ajuizamento da ação, e juros moratórios de 1% ao mês, desde o evento, por conta dos danos materiais, e a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com correção monetária desde esta data, e juros moratórios de 1% ao mês, desde o evento, por conta dos danos morais. Sucumbente, a requerida responderá pela verba honorária fixada em 10% do valor da condenação.

P.R.I.

Araraquara, 23 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**